

---

PEQUIM – Reunião do GAC com os Organismos de Aplicação da Lei RAA  
Domingo, 7 de Abril de 2013 – 17:00 to 18:00  
ICANN – Pequim, Republica Popular da China

PRESIDENTA DRYDEN: Peço por favor que tomem os seus lugares. Estamos prontos para começar. Vamos começar por favor.

A nossa próxima sessão tratará sobre as revisões ao acordo de credenciamento de registradores da ICANN para solicitações no espaço de nomes de domínio de primeiro nível genéricos. Vocês talvez se lembrem que houve um par de conjuntos de revisões recentes publicadas para o acordo e acho que talvez todos tivemos dificuldades para fazer um seguimento de todas as diferentes revisões e também outras informações publicadas sobre o programa dos novos gTLDs.

A nova noticia é que os organismos de aplicação da lei estiveram dando muito atenção às negociações que levaram a essas revisões que foram publicadas e vieram apresentar o GAC no dia de hoje e formação sobre o que pesquisaram e compartilharam suas conclusões com todos nós como colegas governamentais aqui no GAC.

O que quero fazer é passar a palavra para Troels Oerting que é da Europol que vai nos introduzir no debate. Então entendo que há vários colegas de organismos de aplicação da lei incluindo Bobby Flaim do FBI aqui à direita que também pode fazer alguma contribuição às discussões, e com certeza o GAC e os membros do

---

GAC farão algumas comentários e perguntas a eles. Então, passo a palavra a Troels Oerting.

TROELS OERTING:

Muito obrigado Heather por essa colhida tão agradável.

Eu sou Troels Oerting. Fui designado como chefe do centro europeu de delitos informáticos. Essa é uma área que abrange os 27 países da União Europeia com 500 milhões de pessoas, sem fronteiras e 2.9 milhões de agentes de cumprimento da lei. Cooperamos com os Estados Unidos, Austrália, Canada, G8, para poder analisar os diferentes acontecimentos dos novos gTLDs para ver quais poderiam ser as implicações quando nós entramos online e também fazem o mesmo os delinquentes. Então queremos ver qual a magnitude, quão flexível é o crime organizado e como se viram para cometer delitos por internet. Não estou falando apenas do abuso sexual, do assédio sexual, mas de delinquentes que roubam dinheiro, identidade, formação e que fazem qualquer tipo de atrocidade por internet.

Também quero informar que a típica forma de exercer o controle policial também chegará ao seu fim quando possamos ver todos esses novos delitos de internet, porque agora há novas maneiras de combater esses delitos cibernéticos. Há novas fronteiras, novos controles, novas evidencias técnicas e pela primeira vez, a policia vai se ver obrigada a trabalhar de outra maneira e não vai poder deter os delitos porque vai muito além das fronteiras dos nossos países. E os delinquentes não podem se encontrar – não são fáceis de encontrar e podem chegar a muitos países ao mesmo tempo. Essa capacidade é muito grande. Então, não podemos apenas sermos conscientes disto,

---

mas também temos que fazer com que o delito na internet não seja atraente para os delinquentes. E a cada vez vai haver um aumento maior dos delitos na África, na América do Sul, em todas essas regiões, todas elas vão nos reportar mais delitos. Então, não vamos poder fazer o que fazemos normalmente. Devemos fechar as fronteiras. Os delinquentes não precisam viajar. Podem efetuar crimes de onde estiverem.

Com essa introdução quero apresentar com muito prazer os antecedentes das novas recomendações dos organismos de cumprimento da lei com relação ao RAA. Isso nos leva ao ano de 2009. Não sei quem é que vai passar os slides, mas quero refrescar um pouco a memória que aconteceu ano após ano, e agora em 2013 já estamos no final do caminho. Três anos de trabalho muito intenso com vocês. Agradecemos por tudo isto. Penso que agora podemos chegar a algumas conclusões, e que vocês, em nome da comunidade e dos organismos de aplicação da lei podem garantir os direitos fundamentais dos cidadãos e para que eu (*inaudível*) serem vítimas dos crimes e podem nos ajudar a introduzir algumas dessas recomendações. Então, as recomendações visam gerar prevenção e atribuição, como por exemplo, averiguação de antecedentes, registrários de registradores transparência e responsabilidade e o WHOIS, responsabilidade claras também. Aqui vocês podem ver as melhorias mais claras no novo acordo. Os pontos de contato para o assédio, o abuso, depois a retenção da especificação sobre especificações, proxy de privacidade, o credenciamento e o que se refere ao registrado. São melhorias que se encaminham à direção

---

certa. Infelizmente isto não está completo o acordo como nós queríamos vê-lo.

Então queríamos também incluir outras melhorias que identificamos. A primeira tem a ver com a parte de validação e verificação. Simplesmente pensamos que precisamos um pouco mais de trabalho nessa área, e criamos uma carta encaminhada de nós para o GAC, para o conselho da ICANN, onde tentamos identificar quem é que queremos nessa área. Mas precisamos que haja uma verificação através do telefone ou correio eletrônico. Mais do que isso é importante que possamos identificar os delinquentes e os que originam os delitos e não é suficiente com fazer a verificação telefônica, ou por e-mail. E queremos uma reavaliação afirmativa, porque verificamos e depois esquecemos. Tem que haver um processo de reavaliação para estarmos certos que se continue cumprindo com os níveis que nós estabelecemos. Há outro slide na segunda página que indica que também precisamos, isto é muito importante ter uma redação bem detalhada e afirmativa. Não queremos que haja uma redação que possa se interpretar de forma diferente. Queremos que seja clara, direta, para indicar o que nós queremos dizer, e que estabeleça as condições do contrato que vão assinar os registradores com a ICANN. Então, tem que ter uma linguagem que não seja ambígua e precisamos que haja um cumprimento contratual que está na sessão 3.7.7/8 do RAA.

Ora bem, se me permitem ser muito aberto e franco com vocês, quero pedir que considerem algumas questões. E são essas que o novo RAA tem que ser assinado antes de serem lançados os novos gTLDs, que eles entrem em operação. É muito importante ter os

---

mecanismos de governança já estabelecidos antes e não depois. Se isto não pode ser antes, pelo menos tem que estar vinculado. Essa é a recomendação que nós estamos a considerar e colocar perante o conselho. Também queremos que vocês apoiem a emenda de registros da ICANN que precisa que os registradores assinem o novo RAA antes de poder utilizar uma emenda muito certa e nos permite não ter que reinventar coisas. Simplesmente temos que respaldar, apoiar. E por ultimo, mas não em importância, que reinstalem as quatro melhorias que nós estabelecemos na carta, e que também aparecem no slide anterior. Não é grande trabalho, é claro que tem algo de trabalho, mas não podemos ceder os direitos de fazer alguma coisa sem estabelecer todos os mecanismos necessários para poder rastrear quem são os responsáveis pelo que está acontecendo. Temos que ter um processo de verificação para garantir que haja uma verificação para indicar quem são os responsáveis.

Se vocês fazem isto nós podemos cumprir com nossa responsabilidades de função. Isto é tao dinâmico que faz com que sempre sejamos trabalhando, mas pelo menos do ponto de vista dos organismos de cumprimento da lei, a Rússia, os Estados Unidos, a União Europeia, a China, a Africa, todos os organismos do mundo dessas regiões podem fazer a sua tarefa, podem ter as ferramentas necessárias para prevenir os delitos e permitir que se aproveitem os aspectos positivos de internet, porque cada vez somos mais moveis, precisamos de mais proteção dessas organizações criminosas que estão aproveitando as vantagens que oferece a internet. Deixem que eu dê um exemplo: a União Europeia está perdendo 106 bilhões todos os anos que tem um percentual de culpa os delitos cibernéticos. E

---

quando falamos em perder 1.6 bilhões de euros, estamos falando de crimes cometidos através de internet com pagamentos online utilizando cartões de credito. Isso é na União Europeia. É 1.6 bilhões. Temos que estar preparados para lidar com esse tipo de problema, porque senão acabaremos numa situação em que alguém vai necessitar que tomemos mais iniciativas que as que podemos fazer.

Então, muito obrigado pela atenção de todos, e com prazer vamos responder a qualquer pergunta que tiverem. Aqui têm uma pessoa com muito conhecimento técnico que conhece todos os detalhes. Se tiverem perguntas estamos totalmente preparados com o meu colega para dar essa resposta. Temos outros colegas aqui sentados, então estamos bem preparados, mas espero que isto pelo menos tenha resultado claro, fácil de entender e que tenha sido uma abordagem minimalista dos organismos de aplicação da lei. Não estamos pedindo demais, simplesmente um ajuste pequeno ao que já foi abordado como acordo. Só pequenos ajustes e peço que nos ajudem a apresentar isto ao conselho. Muito obrigado.

PRESIDENTA DRYDEN: Obrigado pela apresentação. Passo a palavra para o Líbano.

LÍBANO: Obrigado. Essa pergunta é para a Heather. Temos copias dessas cartas?

PRESIDENTA DRYDEN: Não agora, mas vão ser disponibilizadas em breve.

---

LÍBANO: Será difícil tomar uma decisão a respeito a uma coisa que ainda não vimos e ficam quatro dias e temos que verificar, fazer checagem com as nossas organizações. Então eu pergunto, quais serão os prazos?

PRESIDENTA DRYDEN: Obrigado.

Eu acho que está dentro do contexto de mais longo prazo, onde há questões que estão ainda sendo discutidas há algum tempo já. E espero que o que já aconteceu nos ajude e quando recebermos as cartas possamos definir o pedido específico para os organismos de aplicação da lei.

LÍBANO: Então eu não entendo o que pediram. Pediram que nós considerássemos isso antes de oferecer novo gTLDs, ou bem vinculá-los. E nesse sentido, os novos gTLDs vão ser decididos com base no que surja dessas reuniões. Por isso é que faço essa pergunta.

PRESIDENTA DRYDEN: Eu acho que é uma questão de prazos. O senhor tem razão.

Agora passo a palavra para Uganda.

UGANDA: Obrigado presidenta. Obrigado aos apresentadores.

Na introdução o senhor disse que a forma em que se cometem crimes agora vai além das fronteiras. Nós no Uganda temos algumas leis e foram ajuizadas várias causas através dessas leis e as pessoas que cometeram esses crimes são de países europeus, não são da Uganda. E os que cometeram esses crimes estão lá, tem a ver com tudo o que é cibernético.

Nós somos membros da Interpol. Vocês têm algum acordo para gerar capacidades dentro de outros países nos quais cidadãos daqueles países que cometem esses crimes, mas não estão originado nesse próprio país, têm algum mecanismo para trabalhar com eles, com essa realidade?

PRESIDENTA DRYDEN:

Obrigado Uganda. O que segue é Itália.

ITÁLIA:

Obrigada presidenta.

E a minha pergunta tem a ver com a relação entre os revendedores e os registradores. Os senhores utilizaram uma expressão no sentido que essa relação não tem que estar regulada, normatizada de uma forma muito leve. Os senhores estão propondo, ou já existe dentro do debate com a ICANN uma ideia mais precisa de como resolver esse problema? Porque sabemos que os revendedores são muitos e que isso cria certamente uma possível forma de não respeitar muito esses acordos de registrários. Eu acho que essa questão dos revendedores já apareceu antes, eu acho.



---

É alguma coisa que você quer responder?

BOBBY FLAIM:

Isso está dentro da cadeia de custódia e eu acho que antes teve alguma questão e com a questão do revendedores, onde eles serão os terceiros que vendiam nomes de domínios, e portanto não estavam dentro do RAA. Agora sim, estão dentro do RAA. Mas há uma deficiência na redação e nós queríamos ter a certeza que essa redação fosse mais afirmativa e mais clara, de forma que qualquer um que lesse o contrato pudesse entender que todos estão cobertos.

PRESIDENTA DRYDEN:

Obrigado. Tem a palavra a Austrália.

AUSTRÁLIA:

Obrigado pela apresentação tão clara e pela atualização a respeito dos desenvolvimentos que estão acontecendo no RAA. Sabemos que trabalharam muito.

Esse tema é uma questão que está rodando por aqui há um tempo e faz parte de um conjunto de trabalhos referidos às recomendações. Temos um grupo que eu acho que se chama serviço de diretorias de gTLDs que trabalha nesse sentido e eu acho que é útil fazer um estudo e como estão trabalhando e como encaixam as peças. Quanto à disposição de que o GAC participe e os prazos, eu acho que o GAC já ofereceu muito assessoria no passado e para ser muito claro, o GAC já disse que o RAA tem que finalizar antes de delegados os novos gTLDs.

---

Também assessoramos ao conselho que dissemos que os contratos devem ser claros e não ambíguos e que as equipes de revisão do WHOIS têm que se ocupar de algumas questões que o GAC apoiou a respeito dessas recomendações e no tema de revendedores, o GAC recomendou a equipa de revisão de WHOIS recomendou, que a cadeia contratou vá, desde o registrador, os operadores, de registro até ao registrários.

Achamos que isso já foi dito bem claramente e talvez há novos elementos, mas também é útil relembrar que o GAC já deu a sua opinião e assessoria nesses assuntos.

PRESIDENTA DRYDEN:

Passo a palavra agora para a Comissão Europeia.

COMISSÃO EUROPEIA:

Muito obrigado presidenta. Muito obrigado também a Troels pela apresentação. Acho que todos vamos aprender muito.

Como ponto de informação, eu acho que é muito importante relembrar que os registradores europeus passaram vários verificadores muito fortes. Isso é assim no que respeita a nós. Nós também consideramos que tem que existir uma certeza jurídica. Nós vamos ter que pensar nos três pedidos que os senhores fizeram. Claro que há negociações que estão acontecendo e vamos explorar também essa área.

Obrigado.

---

PRESIDENTA DRYDEN: Obrigado. Tem a palavra o Líbano.

LÍBANO: Obrigado Austrália pela explicação.

Eu quero fazer uma pergunta: para países como o Líbano, se queremos acessar esses dados quando estejam implementados, como é que vamos acessar esses dados? Não sei porquê Líbano teria que se opor, mas se a autoridade de aplicação da lei querem acessar esses dados, como é que chegam a eles caso precisem, por questões de aplicação da lei?

BOBBY FLAIM: Desculpe, acesso a que dados?

LÍBANO: Se os registrários querem oferecer dados, se esses dados estão registrados em algum lugar, se estamos tentando rastrear alguém, como é que esses dados ficam à disposição dos organismos de aplicação da lei para que os utilizem?

BOBBY FLAIM: Eu vou responder como fazemos nós. Se essa é uma informação privada, precisamos de um processo, por exemplo, de informação de cartões de crédito, questões que não estão na internet e o WHOIS é uma base de dados disponível para todo o mundo. É uma base pública. Essas seriam as duas informações que nós como organismos de aplicação da lei precisamos nas investigações ou pesquisas. E

---

então, a primeira coisa seria uma ordem a cargo de um juiz e a segunda que podemos acessar publicamente.

LÍBANO: Então isso se aplica também a entidades que estão por fora da jurisdição.

BOBBY FLAIM: Sim, isso vai depender das leis e dos processos dos países específicos. Em outra palavra, se vocês têm um registrador no Líbano que tem essa informação, vai depender isso das leis do Líbano, especificamente como os organismos de aplicação da lei, vão receber esse caso. No contexto do Líbano, se tem um país europeu que tem alguém, e estou estudando esse caso no Líbano – esse assunto é mais difícil, porque é questão de processos mais difíceis no mundo inteiro. Muitos países assinaram tratados de assistência mútua que basicamente dizem que o departamento de justiça estabelece que se alguma coisa acontece no Líbano, vai ser o departamento do Líbano que vai solucionar o caso. E esse departamento vai ser quem peça a departamento de justiça dos Estados Unidos que o crime seja sentenciado nos Estados Unidos. Infelizmente esse é um processo muito lento para ser honesto, e queremos que o WHOIS seja público.

Então, por isso é que esse caso não devemos procurar a vidência jurídica. Isso apareceu muito rápido a (*inaudível*) digital. Por isso temos que verificar que a informação seja correta e que não demorem as investigações.

---

PRESIDENTA DRYDEN: Obrigado. Passo a palavra para a Austrália.

AUSTRÁLIA: Obrigado.

Eu tenho uma pergunta. Eu já fiz em outros encontros. Eu não sei se há uma resposta do concelho, por isso pergunto se alguém de vocês pode me dizer qual seria a parte dois das recomendações para os organismos para a aplicação da lei, a parte da devida diligencia.

BOBBY FLAIM: Não. A parte dois das recomendações é para dar alguma lembrança aos senhores, tem a ver com a ICANN. Ou seja, que a ICANN faria devida diligencia com os registradores habilitados para assegurar que estejam incorporados e tal. Outra das recomendações na parte dois diz que a ICANN tem que produzir um relatório de auditoria a respeito dos registradores dos registos, etc. A ICANN, aprovou uma diligencia a respeito da habilitação dos registradores. Isso aconteceu em Julho de 2011, se não esqueço. Eles implementaram um sistema pelo qual fazem devida diligencia com registradores e aí têm que olhar nesse registos financeiros, ou registos de constituição de sociedades, e etc. Por outra parte, no B, C, D, nunca escutamos nada da ICANN e eu sei que Peter da Austrália pediu esse trabalho, mas nunca recebemos uma resposta. Em outro sentido, quanto à devida diligencia, não sabemos que não houve um sistema. Isso sabemos que se vai para a devida diligencia.

---

PRESIDENTA DRYDEN: Agora tem a palavra Singapura, depois Estados Unidos.

SINGAPURA: Obrigada presidenta. Obrigado aqui pelo trabalho realizado. Nós respaldamos vossos esforços.

Tenho uma pergunta. O RAA cumpre com os registrários. Nós nos perguntamos, caso os registradores não possam agir rapidamente, nós sabemos que não tem nenhum sentido que os registradores façam alguma coisa. Queremos saber se vai haver disposições no RAA para que caso um registrador considere que se deve suspender o registro, e se deve tomar ações rápidas, queremos saber se o registrador vai encontrar em algum caso que as suas mãos estão amarradas, que não pode fazer nada.

Obrigado.

PRESIDENTA DRYDEN: Quer responder? Posso continuar com a ordem dos oradores?

BOBBY FLAIM: Acho que o registrador – na realidade a redação é um pouco complexa. O que tentamos fazer é procurar um pouco de clarificação nas slides que nós mostramos. Há especificações sobre prazos e como tem que agir para não chegar a um ponto em que não sabemos oportunamente o que é que é razoável e não sabemos o que quer dizer isso. Temos uma ideia, mas não é específica. Então, se os registradores querem agir rapidamente, podem fazê-lo porque esses

---

são os termos do acordo que têm com os registrários e podem agir o mais rápido possível.

Agora, com o RAA, um dos requisitos é ter certos prazos. Por exemplo, se vêm que um WHOIS é incorreto, precisam de um prazo para corrigir essa informação. Mas tecnicamente, como eu entendo, é que se eles querem dar baixa a algum nome de domínio, podem fazê-lo, porque há uma relação dos termos do contrato e eles legalmente têm o direito de fazê-lo. Isso responde à sua pergunta senhor?

SINGAPURA:

Desculpem. Minha pergunta é se o operador de registro tem o poder de suspender um domínio se não é tomada uma ação imediatamente.

BOBBY FLAIM:

Sim, a resposta é sim. Fazem com muito frequência.

PRESIDENTA DRYDEN:

Tem a palavra Estados Unidos, depois Reino Unido.

ESTADOS UNIDOS:

Obrigado, e obrigado por oferecer a sua perspectiva.

Meu colega do Líbano, não tem que esperar. Se quer ver uma versão do texto da qual está falando Troels, eu fiz circular uma posição do governo dos Estados Unidos sobre o RAA a 29 de Março. Então pode encontrá-lo ali, e me surpreenderia muito se a nossa posição fosse diferente ao resto dos organismos de aplicação da lei. Sempre que o GAC tiver tempo esta semana, sabemos que isso é realmente o

---

desafio, talvez queiramos considerar como mencionar ao conselho uma assessoria ampla que inclua um comentário onde se diz que os documentos têm que ser modificados, que fazemos nós uma proposta e que isso tem que acontecer antes de que o processo dos nossos gTLDs se lancem com as delegações. Por isso eu acho que o GAC tem que considerar uma boa redação para o comunicado que reforce a importância que nós damos a conseguir alcançar esses objetivos neste momento.

Por isso, se não estivermos de acordo na proposta de adições no final dessa reunião, porque pode ser um desafio para nós, podemos procurar uma boa redação para o comunicado.

Obrigado.

PRESIDENTA DRYDEN:

Obrigado Estados Unidos.

E parece que já temos assessoria do GAC com relação a isto. E temos também a nossa comunicação com o conselho na terça. Então poderíamos preparar na sessão anterior para falar sobre isto para ver como falaríamos com o conselho.

REINO UNIDO:

Obrigado senhora presidenta. Obrigado Troels, e Bobby.

Queria retomar a pergunta da Uganda sobre a criação sobre a capacidade de abordar o problema que muitos países enfrentam hoje, onde cidadãos de um determinado país cometem crimes em outros países. Talvez isto seja alguma coisa que vocês possam levar. Não é



---

uma questão crítica. Ou seja, há projetos para desenvolvimento e criação de capacidade, talvez conheçam vocês. O Reino Unido está fazendo uma contribuição direta a esse trabalho. Também estamos financiando e trabalhando ativamente a iniciativa de cibercrime do Commonwealth e também onde a ICANN é uma parceira olhada junto com o escritório das Nações Unidas para drogas e crimes e o Concelho da Europa, ITU e outros também.

Vamos ter uma atualização aqui numa sessão onde vamos falar sobre atividades do Commonwealth e os convidamos, se quiserem participar, vai ser meio dia e meio nesta sala na terça-feira. Há varias iniciativas em *(inaudível)* há criação de capacidades para enfrentar crimes informáticos e a ICANN participa nisso. Mas queria salientar a pergunta tão importante que fez a Uganda.

Muito obrigado.

PRESIDENTA DRYDEN:

Obrigado. Não sei quem que está lá no extremo da mesa. É o Chile. Tem a palavra Chile.

CHILE:

Obrigado Heather. Boa tarde a todos.

O Chile dá muita importância ao trabalho que se faz nesse campo de ação, junto com o respaldo do trabalho do qual falava Estados Unidos quanto a incorporar uma redação proativa e firme na medida do possível no comunicado para que se faça um acompanhamento mais cooperativo desse tema. Tenho duas perguntas. Uma é, estamos

---

prevendo os desafios que vão se apresentar nesse campo de ação com tempo, ou estamos uma atitude mais reativa com relação a como operamos de maneira individual e de maneira colectiva. Essa é a primeira pergunta.

E depois o que é necessário para ter uma ação mais forte mais contundente. Quais os obstáculos que hoje enfrentamos na comunidade mundial que nos impedem sermos mais proativos numa área que nos interesse a todos, onde há interação mundial de comercio, onde há mobilização de pessoas? Eu estava lendo que o futuro de todas as ações bélicas está nos meios informáticos. Então, como podemos respaldar de forma contundente os desafios enfrentados hoje?

Obrigado.

PRESIDENTA DRYDEN:

Obrigado por essa pergunta Chile. Alguém quer responder?

TROELS ORTING:

Obrigado Chile.

Acho que o desejo do nosso lado não se foca tanto nas ações bélicas, mas estamos mais lidando com crimes comuns em todos os países que se vêm afetados, por agora não interessa o país. Todos são vitimas de crimes. Na verdade é importante que nós interagamos da maneira certa, estar atualizados, como é que se podem atualizar nos seus países. Na União Europeia queríamos participar muito mais com os membros do GAC da União Europeia para convidá-los ao EC3 para

que vocês vejam de maneira pessoal quais são os casos e não leiam só no jornal, apenas um jornal. Mas se isto muda com tanta facilidade, temos que prever o que vai acontecer em dois ou três anos e ver que se pode fazer do lado da indústria, do âmbito acadêmico, se estamos preparados para aprovar leis que sejam melhores, melhor educação, melhor que ação de capacidade, é muito importante. Mas fora da União Europeia é uma coisa que temos de trabalhar de maneira colectiva. Não podemos deixar nas mãos de um país em resposta à preocupação do Reino Unido e Uganda e também se pediu à União Europeia criar uma lista de países onde nós achamos que podemos trabalhar de maneira prioritária, porque diante à escassez de dinheiro para poder usar esses recursos melhor. Para não fazer esforços duplos no mesmo país. Mas tem que haver um trabalho coordenado. Não temos todos os fundos, não temos todos os treinadores, podemos fazê-lo como União Europeia, mas não é um delito no nível regional, mas mundial. E posso garantir que há lugar para todos aqui, porque há tantos delitos que há para todos.

Temos que trabalhar em forma colectiva para desenvolver as capacidades necessárias para poder utilizar tudo o que estiver ao nosso alcance para que essa ferramenta, a internet, que é tão boa, seja um lugar seguro para todos.

PRESIDENTA DRYDEN:

Obrigado.

Não sei se há algum outro pedido. Acho que é um bom momento para finalizar com essa sessão.

---

Como já mencionei antes, os membros do GAC, podemos apresentar isso aos membros do conselho e também há possibilidade de reforçar o (*inaudível*) que já oferecemos nesse sentido. Os comentários que fez os Estados Unidos, a lista do GAC possamos recircular. Isso vai permitir tratar esse assunto como parte do nosso temário tão agitado para essa semana. Agradecemos a Troels, a Bobby e a todos os organismos de aplicação da lei por se aproximar a dar essa informação utilizada com independência do RAA e o processo tenha andamento, ou melhor dizer, respeito a RAA e ao processo que tem andamento.

Vamos acabar o trabalho por hoje. Vamos nos juntar terça-feira de manhã e lembrem que terça-feira de manhã estamos convidados para um café da manhã, um pequeno almoço que inclui várias unidades constitutivas. Lembrem que estão todos convidados e eu desejo boas noites e que continuem trabalhando no assessoramento do GAC. Então não ficam liberados totalmente.

Muito obrigado.

[INTERVALO]